

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1998 DO CBH-TB, publicada no DOE em 03/12/1998.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e oito, às 9:00 horas na sede do Sindicato do Comércio Varejista de Bauru, sito à Av. Nações Unidas, 17-45, na cidade de Bauru, com a presença de 29 (vinte e nove) membros, deu se início à quarta reunião ordinária do Comitê Tietê Batalha. A mesa de trabalho foi composta pelos seguintes membros: Valdir Aparecido Cossari, prefeito de Itajobi e Presidente do Comitê; Professor Nariaki Cavaguti, Vice Presidente do Comitê e Lupércio Zirolto Antonio, Secretário Executivo. Iniciou a reunião o Presidente que após as saudações, colocou a ata da reunião anterior em votação, dispensando a sua leitura, pois a mesma foi distribuída previamente, como não houve manifestação contrária, a ata foi aprovada. O Secretário Executivo, dando prosseguimento à pauta, coloca em discussão e aprovação da Deliberação n.º 03/98 que cria a Câmara Técnica de Saneamento. Inicialmente cita a importância de tal Câmara Técnica que a partir do próximo ano servirá como interligação das atividades do Comitê e do Conesan, pois o Comitê assumirá atividades próprias das regionais do Conesan. Distribuídas cópias aos presentes, passou-se então aos debates: no artigo primeiro ficou estabelecido que farão parte da Câmara Técnica, como membros efetivos; Representando o Estado: SABESP, CETESB, DAEE, DEPRN e Secretaria da Agricultura; Representando os municípios: Nova Aliança, Cafelândia, Uru, Bauru e Piratininga; Representando a Sociedade Civil: Usuários Urbanos de Água, Universidades e Instituições de Ensino Superior, Entidades Ambientistas, Entidades de Recuperação Florestal e Associação de Classe. Observou-se que ficariam suplentes dos municípios os seguintes representantes: Lins, Novo Horizonte, Taquaritinga, Elisiário. Eng.º Lupércio lembrou a necessidade de indicar pessoas ligadas e conhecedoras do assunto para assumirem as representações, ressaltando a importância dos trabalhos das Câmaras para orientar as decisões do plenário. Professor Nariaqui, discorre sobre a possibilidade dos prefeitos indicarem técnicos, independente da representação e voto, para acompanharem os trabalhos das Câmaras Técnicas. Colocada em votação a Deliberação 03/98 foi aprovada, com as alterações citadas acima, cuja íntegra vai publicada em anexo. Seguindo a pauta pré-estabelecida, o Secretário, apresenta e distribui aos presentes a **Deliberação 04/98 que define novos critérios para hierarquização de projetos e obras com recursos do Fehidro, referentes ao orçamento de 1999 e saldo de anos anteriores** e esclarece que tais critérios são extremamente necessários, em virtude de diversos problemas apresentados pelos tomadores de recursos, nos anos anteriores, como apresentação de documentação, licenças, outorgas, e também ampliar as exigências dos tomadores no tocante a projetos adequados para a aprovação em todos os órgãos: DAEE, CETESB, DPRN. Cita, ainda que os recursos de 1999 estarão disponíveis provavelmente em março, tempo suficiente para providenciarem todos os documentos e cumprirem as demais exigências, uma vez que os tomadores tomarão ciência, já na próxima semana, com a publicação das Deliberações. Professor Nariaqui apresenta sugestões à Deliberação, oriundas de reuniões com a sociedade civil e alguns

membros do estado. Lupércio propõe que as sugestões sejam discutidas, conforme a apresentação de cada artigo da Deliberação correspondente. Considerando os pré-requisitos mais importantes, Eng.º Lupércio começa os debates pelo artigo 2º. Engº Luiz Paulo, representante da SABESP, questiona a validade de solicitação de projeto completo com detalhamento, uma vez que é um trabalho caro às prefeituras que correriam, ainda, o risco de não terem esses projetos hierarquizados e assinados. Lupércio propõe que os prefeitos com dificuldades financeiras para a elaboração dos projetos que solicitem recurso ao Comitê para esse fim, considerando também os custos das licenças ambientais. Prefeito de Sabino lembra a questão de validade de todos os documentos, licenças ambientais e a necessidade do projeto completo para que os recursos alocados não fiquem parados, como acontece com os atuais contratos. No item c a proposta apresentada pelo Professor Nariaqui difere quanto ao prazo de entrega das licenças: poderão ser apresentadas até início da reunião que irá distribuir verbas; proposta rejeitada, ficando o texto conforme apresentado. Quanto ao item f, diante da manifestação do plenário em alterar a contrapartida, Eng.º Lupércio explica que 20% é regra estabelecida pelo FEHIDRO, não podendo, portanto, ser inobservado. Ficando portanto o artigo 2º aprovado. Retornando, então, ao artigo 1º, o secretário executivo explica a necessidade de direcionar recursos para determinadas obras e serviços, independente do resultado do “**Relatório zero**”, uma vez que conhecemos os problemas que mais afetam os município do Comitê, tendo em vista as propostas até hoje apresentadas. Durante os debates, professor Nariaqui citou que os problemas de inundações se encaixam no PDC-3, portanto no item b. David Geraldo Pompei lembrou que 10 % dos recursos, estabelecidos em reunião, destinados à educação ambiental fazem parte do PDC-1 (item a), o que é contestado pelo representante da Vidágua. Luiz Paulo sugere que se estabeleça apenas prioridades e não porcentagens. Lupércio explica que as porcentagens facilitam os trabalhos da Câmara Técnica. Professor Nariaqui propõe primeiro definir as prioridades para depois definir-se os percentuais. Findo os debates, o artigo primeiro foi aprovado, com a seguinte alteração do texto proposto: Item a) Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos: no mínimo 5% (cinco por cento) e acrescentado os seguintes parágrafos: 1. Os recursos destinados para elaboração de projetos terão limite de 10% (dez por cento) do total disponível; 2. Se não forem atingidos os 60 % (sessenta por cento) para o PDC 3, os recursos serão alocados nos outros PDCs. Passando-se a seguir a discussão dos artigos 3, 4, 5 e 6 que foram aprovados sem alterações. No artigo 7º, por decisão do plenário, excluiu-se o item D, que trata do tomador que ainda não utilizou os recursos a ele destinados. O Artigo 8º também foi aprovado sem alterações. Ficando portanto a Deliberação 04/98 aprovada, conforme publicação em anexo. Professor Nariaqui, propõe também, que estes critérios somente poderão ser alterados em plenário, com a devida justificativa e que essas alterações constem na pauta da convocação. Proposta aprovada pelo plenário. O Secretário Executivo anuncia que o próximo item da reunião: modificação dos Estatutos ficarão para a próxima reunião, uma vez que acha oportuno a manifestação da Câmara Técnica. Professor Nariaqui propõe que a defesa ou explanação da solicitação possa ser feita por qualquer pessoa designada, mas que a ausência do solicitante, ou representante, não o elimine. Proposta aprovada

pelo plenário. Eng. ° Lupércio, expõe que, diante da necessidade da elaboração do “Relatório Zero” até 31.03.99, que inicialmente ficou a cargo, do S.O.S. Rio Dourado, e que estando o mesmo impedido de executar, a Secretaria Executiva do Comitê, nessa reunião apresenta o CETEC – CentroTecnológico da Fundação Paulista de Lins que apresenta modelo de sistemática para elaboração de “Relatório Zero”, trabalho esse que já vem executando em outros Comitês. Após a apresentação pelo CETEC, o Secretario Executivo coloca em votação, no plenário a provação do CETEC, para elaboração do “Relatório Zero” do CBH-TB, o que é aprovado por unanimidade. Os recursos do FEHIDRO para a elaboração do “Relatório Zero” são referentes aos anos de 96/97, no valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) e já foram priorizados pelo plenário. Em seguida utilizaram se da palavra o senhor Renato da Coordenadoria de Recursos hídricos e a senhora Carmem da Sabesp que dispôs aos presentes sobre o Projeto Água, que é um trabalho para os alunos de primeiro grau. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião, sendo, em seguida, lavrada a presente ata, que por mim foi assinada e enviada para publicação no D.O. e posteriormente encaminhada cópia aos membros do CBH-TB, para aprovação em reunião plenária seguinte. Segue a esta Ata, as publicações das Deliberações 03/98 e 04/98.